



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

CARTA-CONTRATO Nº 21 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COMAP/SC**Processo nº 0001145-19.2023.6.08.8000****CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO CNPJ: 03.910.634/0001-70**

Endereço: Av. João Batista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória/ES CEP 29.052-123

CONTRATADA: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA CNPJ: 60.501.293/0001-12

Endereço: Av. Dr. Cardoso de Melo 1855, 12º And. Vila Olímpia São Paulo/SP 04548903

tel: (11) 2159-0500 / (27) 99245-3913 / 3323-1138 / 3322-4206 email: comercial1@shopjuridico.com.br / gabriel@shopjuridico.com.br

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação da Biblioteca Digital Proview.

§1. Do Fundamento Legal

A presente contratação tem fundamento legal na Lei nº 8.666/93, sendo inexigível a licitação nos termos do seu art. 25, I, ratificada em 26/09/2023, nos termos do seu art. 26, dar-se-á sob regime de execução indireta - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, e obedecerá ao estipulado neste instrumento, no Termo de Referência que embasou a contratação e na proposta apresentada pela Contratada em 31/07/2023.

§2º. Da Especificação do Objeto

a) Composta por livros publicados pela editora Revista dos Tribunais e Fiscosoft nas diversas áreas do Direito, sendo eles atualizados durante o período de vigência do contrato, com acesso individualizado às notas, marcações e demais funcionalidades de personalização e-Reader Proview, devendo ser atualizada, também, com todos os novos lançamentos da editora, salvo aqueles não autorizados pelos autores para inclusão na Biblioteca;

b) O acesso será através do aplicativo Proview – 25 (vinte e cinco) acessos simultâneos, que permite armazenamento, leitura e consulta de obras da editora Revista dos Tribunais e Fiscosoft em formato eletrônico;

b.1) Trata-se de um E-BOOK “inteligente”, que pode ser acessado por meio de tablet (iPad ou Android) ou computador (via browser ou software para Windows e Mac) de forma sincronizada;

c) A plataforma permite uma pesquisa sobre qualquer termo em todos os livros, ao mesmo tempo, indexando os resultados e mostrando a quantidade encontrada por livro, com links remissivos para facilitar a pesquisa.

§3º. Da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

a) As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

b) É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

c) A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 72 (setenta e duas) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

d) As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

§4º. Da Comunicação entre Contratante e Contratada

a) Toda e qualquer documentação relativa à contratação deverá ser encaminhada à outra parte, prioritariamente, através de correio eletrônico.

a.1) O Contratante poderá, a seu critério, solicitar a apresentação de documento original ou cópia autenticada para verificação da autenticidade dos documentos enviados por correio eletrônico.

b) A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da Contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail.

c) As partes se obrigam a informar o endereço eletrônico de contato em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, caso não tenha sido informado previamente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A presente carta-contrato terá vigência de 12 (doze) meses, **com início em 18/10/2023 e término em 17/10/2024.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

a) Promover, por intermédio do fiscal contratual, o acompanhamento e a fiscalização do objeto, anotando as falhas detectadas em registro próprio e comunicando formalmente à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;

b) Proporcionar todas as facilidades e fornecer as informações e as orientações necessárias para que a Contratada possa desempenhar o objeto contratado, dentro das normas estabelecidas neste instrumento;

c) Solicitar formalmente, a qualquer tempo, a substituição de membro da equipe técnica da Contratada, cuja atuação não esteja, comprovadamente, sendo compatível com os objetivos deste instrumento;

d) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Proceder à assinatura digital do instrumento contratual em até 03 (três) dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE/ES;

- b) Permitir o acesso à biblioteca digital 24h (vinte e quatro horas) por dia, exceto durante os períodos de manutenção do sistema;
- c) Indicar um representante e os respectivos substitutos, para assegurar ao Contratante o bom desenvolvimento dos produtos contratados;
- d) Assegurar o cumprimento do objeto, supervisionando a qualidade dos produtos;
- e) Assumir inteira responsabilidade pelo seu pessoal, que não terá nenhum vínculo empregatício com o TRE/ES, bem como arcar com as despesas com transportes, estadas, alimentação e acomodações, quando e se for necessário deslocamentos de pessoal, bem como responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do contrato;
- f) Fornecer todas as obras durante a vigência do contrato, assumindo o compromisso de entrega das futuras e novas edições das obras pertencentes à assinatura a serem publicadas dentro da vigência do contrato, salvo aqueles não autorizados pelos autores para inclusão na Biblioteca;
- g) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRE, bem como fornecer informações aos usuários sempre que solicitadas;
- h) Atender às reclamações, bem como levar ao conhecimento da fiscalização qualquer fato que impeça ou dificulte a perfeita execução do objeto contratado para adoção das medidas cabíveis, no prazo de 03 (três) dias úteis;
- i) Proceder, quando notificada, à correção de imperfeições, falhas ou irregularidades eventualmente constatadas na execução do objeto, desde que devidamente comprovadas, sem qualquer ônus para o TRE;
- j) Substituir a qualquer tempo, durante a vigência do contrato, qualquer membro da equipe técnica disponibilizada ao Tribunal, cuja atuação não esteja, comprovadamente, compatível com os objetivos do contrato;
- k) Apresentar os relatórios solicitados pelos fiscais do TRE sobre o desenvolvimento dos trabalhos no prazo de 07 (sete) dias úteis após a solicitação;
- l) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Contratante e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- m) Comunicar ao tribunal qualquer alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie as disposições da Resolução CNJ nº 07/2005 e alterações posteriores;
- n) Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional
 - n.1) Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos e recolhidos ao Tesouro Nacional;
- o) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O Contratante pagará à Contratada o valor global e em parcela única, de **R\$ 16.300,00** (dezesesseis mil e trezentos reais), mediante depósito bancário em conta corrente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias subsequentes à apresentação do documento fiscal, devidamente atestado pelo Contratante, desde que não haja fato impeditivo provocado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º, da Lei nº 8.666/93.

§1º. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere às retenções tributárias.

§2º. Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada pelo Gestor do Contrato e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

§3º. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

§4º. A declaração de que trata o item anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

§5º. Não haverá reajustamento de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente contratação tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA, bem como se encontra em compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2020/2023 e a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e correrá à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento deste Tribunal Regional Eleitoral:

Ação: 02.122.0033.20GP.0032 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado do Espírito Santo

Natureza da Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Empenho nº 2023NE000402 de 29/09/2023.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Em conformidade com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente instrumento, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) Pela inexecução total ou parcial, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a 20 % (vinte por cento) sobre o valor do objeto inexecutado;
- b) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita à multa de 0,5 % (meio por cento) por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato.

§1º. Caracterizará a inexecução contratual, suscetível à punição conforme disposto na alínea “a”:

- a) inexecução total do contrato: a recusa em iniciar a prestação do serviço após a assinatura do contrato;
- b) inexecução parcial do contrato: o remanescente do contrato em caso de rescisão unilateral.

§2º. As penalidades acima não excluem as previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

§3º. A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

§4º. Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

§5º. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

§6º. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS E PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Da aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão temporária para contratar com a Administração, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação.

§1º. No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação, correndo igual prazo para apreciação do pedido de reconsideração.

§2º. Os recursos e pedidos de reconsideração serão dirigidos ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente deste Tribunal, que os decidirá no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e Condições estabelecidas nesta Carta-contrato assegurará aos Contratantes, nos termos do art. 77 e 78, da Lei 8.666/93 e suas alterações, o direito de dá-lo por rescindido, assegurados o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

parágrafo único. Em caso de rescisão antecipada da Carta-contrato, a Contratada deverá ressarcir ao Contratante o valor correspondente às prestações não cumpridas, com os valores devidamente atualizados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para dirimir questões advindas desta carta-contrato, fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Vitória.

E por estarem justos e acordados, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento assinado pelas partes:

Pelo Contratante: LEILA DE ALMEIDA GOMES, CPF n.º ***.586.887-**

Pela Contratada: PABLO LEO PEDUZZI, CPF n.º ***.908.238-**

Pela Contratada: JULIANA MAYUMI OSHIRO ONO, CPF n.º ***.589.571-**

Em 02 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **LEILA DE ALMEIDA GOMES, Diretor(a) Substituto(a)**, em 03/10/2023, às 16:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MAYUMI OSHIRO ONO, Usuário Externo**, em 09/10/2023, às 17:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1034082** e o código CRC **CD076097**.

0001145-19.2023.6.08.8000

1034082v3

Criado por **LETICIA.WERNECK**, versão 3 por **LETICIA.WERNECK** em 03/10/2023 14:53:22.